



Uma análise histórica da escola de formação agrícola de Itapiranga (SC): dimensões do discurso modernizador em cooperação com a Misereor da Alemanha

A historical analysis of the agricultural school of Itapiranga (SC): dimensions of the modernizing discourse in cooperation with Misereor of Germany

FRANZEN, Douglas Orestes¹

Resumo: O texto analisa o processo de implantação da escola de formação agrícola em Itapiranga através do engajamento local e do apoio financeiro da instituição de cooperação alemã Misereor. O objetivo é de conjecturar os discursos e as intencionalidades que permearam o processo diante de um contexto de modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, o texto faz uso de referências bibliográficas bem como de arquivos documentais consultados no Arquivo da Misereor na cidade de Aachen, Alemanha.

Palavras-Chave: Educação, modernização da agricultura, Misereor, Itapiranga.

Abstract: The text analyzes the implementation process of the agricultural training school in Itapiranga (Brazil) through local engagement and financial support from the German cooperation institution Misereor. The objective is to conjecture the discourses and intentions that permeated the process in the context of the modernization of

¹ Doutor em História pela UPF, com Doutorado Sanduíche pela PUC-Chile. Docente do Centro Universitário FAI. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br

agriculture in the 1960s and 1970s. To do so, the text makes use of bibliographical references as well as of documentary files consulted in the Archive of Misereor in the city of Aachen, Germany.

Key-words: Education, agricultural modernization, Misereor, Itapiranga.

Introdução

O texto visa colaborar na discussão do processo de modernização da economia no oeste de Santa Catarina, mais precisamente através do processo de instalação de uma escola de formação técnica agrícola no município de Itapiranga. O projeto surgiu da iniciativa local e foi financiado pela entidade alemã Misereor, o que demonstra que o processo de modernização da agricultura regional foi um processo que teve influência e uma geopolítica global nas décadas de 1960 e 1970.

O objetivo é de compreender sob quais elementos se constitui o processo de implantação da escola profissionalizante no município, no intuito de contextualizar o processo de modernização das relações produtivas sendo a formação técnica dos jovens considerada necessária frente às necessidades imaginadas para a agricultura diante de um ideal de desenvolvimento e de progresso econômico e social.

Conclui-se a partir dessa análise que o processo foi orquestrado por lideranças locais sob a tutela de uma política estrutural mais ampla, inserindo Itapiranga no que se idealizou como uma integração econômica brasileira com auxílio do capital externo. A formação agrícola colaboraria na instauração de novos padrões sociais e econômicos que culminaria na modernização da agricultura regional.

Para a análise são consideradas fontes bibliográficas e também fontes documentais, como jornais locais do período e o Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962, visando entender como se consolidou o discurso modernizador na região. Da mesma forma são analisados os dossiês dos projetos de cooperação da Misereor firmados para construção da escola agrícola de Itapiranga. Estes foram consultados no arquivo da instituição na cidade de Aachen, Alemanha, através de uma bolsa de pesquisa do DAAD – *Deutscher Akademischer Austauschdienst*, realizada em 2016. Para esta análise são considerados os projetos firmados pela Misereor com a identificação 233-0258/022 do ano de 1964, o Projeto 233-058/022A firmado no ano de 1970 e o projeto 233-058/022B de 1979. Nos projetos citados na análise não são indicadas páginas, porque os documentos analisados constam de um dossiê organizado pela própria Misereor, sem identificação específica mais detalhada.

O texto inicia com uma análise histórica de Itapiranga para compreender as dimensões da agricultura para a realidade local. Na sequência é contextualizado o processo de modernização da agricultura transcorrida no Brasil a partir da década de 1950 e da integração da região Oeste de Santa Catarina numa dinâmica produtiva nacional. Para finalizar são analisados o Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962 e os projetos de cooperação firmados com a Misereor para a construção da escola agrícola em Itapiranga.

Formação histórica de Itapiranga

A região de Itapiranga, localizada no extremo oeste catarinense, foi palco de um processo de colonização iniciado em 1926, sob coordenação da Sociedade União Popular, conhecida como *Volksverein*. O município emancipou-se de Chapecó em 1954, englobando a região que atualmente corresponde aos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, bem como, algumas faixas de terra dos municípios de Iporã do Oeste e Mondai.

Imagem 01: Mapa de Santa Catarina com destaque para o município de Itapiranga



Fonte: Google Maps. Acesso em 19/10/2017.

A colonização Porto Novo, hoje Itapiranga, idealizada para ser uma colonização de caráter étnico e religioso, pois um dos requisitos para a compra de lotes coloniais era a ascendência alemã e católica. A colônia alicerçou-se sob a formação de propriedades agrícolas de pequeno porte, que se desenvolveram sob os alicerces da mão de obra familiar e da produção de cultivos para a comercialização e consumo do grupo familiar, reproduzindo sujeitos que historicamente no Sul do Brasil se convencionou denominar de colonos (NEUMANN, 2009).

A atividade comercial esteve vinculada à produção agrícola, seja pela comercialização dos produtos agrícolas, seja pelo fornecimento de matéria-prima necessária à atividade, bem como, de produtos de consumo humano. O desenvolvimento da atividade industrial e fabril esteve nas três primeiras décadas limitadas basicamente à atividade madeireira e também à fabricação de produtos de utilidade básica, ou necessários para prática agrícola, como o beneficiamento do tabaco, por exemplo.

As práticas agrícolas eram determinadas basicamente pelos ensinamentos que se acumulavam e eram transmitidos pelas gerações. A propriedade era um espaço de recriação de saberes, adequações espaço-temporais que caracterizaram uma atividade condicionada pelas estruturas naturais. Nesse sentido, diversas práticas se perpetuavam como técnicas comuns, como a queimada da roça, por exemplo, atividade antiga que Roche (1969) já relacionava à escassez do potencial produtivo das colônias agrícolas do

Sul do Brasil.

A concepção acerca das condições de vida e de trabalho do colono, no sentido de difundir novas práticas e prestar assistência visando à continuidade da atividade, já era uma prática que vinha de longa data. No final do século XIX, com a realização dos Congressos Católicos no Sul do Brasil, por exemplo, onde, segundo Werle (2006), buscava-se difundir discursos e práticas acerca da atividade agrícola praticada nas propriedades rurais das colônias. Eram temas recorrentes desses congressos aspectos como queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate às pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como, temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural.

A partir da década de 1960, como um alinhamento a uma tendência brasileira de desenvolvimentismo, quando o espaço agrícola do interior do país adentrou de forma mais efetiva no rol de preocupações do Estado brasileiro como um setor “atrasado” e “carente” de políticas públicas, é que o discurso da necessidade de “desenvolver” o campo se ampliou e tornou-se mais incisivo. Em nível de Brasil esse discurso modernizador já é mais antigo, tendo suas manifestações já no início do século XX. Em Itapiranga, isso começa a ficar mais evidente com a emancipação do município em 1954, quando representantes do poder público juntamente com representantes da sociedade civil formaram a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Comude, entidade responsável por discutir políticas de desenvolvimento para o município.

Um das iniciativas de maior relevância histórica da Comude foi coordenar a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga no ano de 1962, projeto apoiado financeiramente pela entidade episcopal alemã Misereor e executado pela empresa de assessoria Agro e Hidro Técnica de São Paulo.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico ajudou a dar alguns nortes para futuros investimentos para a época, além de ser um documento oficial utilizado para pleitear recursos de órgãos governamentais e de instituições de fomento. Esse levantamento socioeconômico representou um estudo abrangente, englobando desde dados geográficos até a identificação pormenorizada da situação econômica local. A questão que ficou mais latente nas conclusões desse estudo foi a necessidade de modernizar e racionalizar as relações produtivas locais visando alinhar a economia de Itapiranga ao padrão desenvolvimentista e progressista que estava se constituindo a nível de Santa Catarina e de Brasil.

Junto ao relatório, citam-se decisões tomadas pela Comude de Itapiranga, a destacar:

- Fundação de uma Cooperativa de Leite;
- Fundação de um frigorífico;
- Criação de uma escola de formação profissional com cursos de açougueiro e fabricação de derivados de leite, sob a coordenação do Instituto São Canísio (Jesuítas).
- Realização de uma campanha para combater parasitas e pestes diversas que afetam a população e os animais;
- Formas de conseguir recursos para custeio e ampliação do Hospital;

- Contatar o Banco do Brasil acerca da possibilidade de oferecer pequenos empréstimos para os agricultores. (AGRO E HIDRO TÉCNICA, 1962).

O relatório apontou o que seriam as deficiências e as potencialidades para o desenvolvimento econômico de Itapiranga, como podemos perceber nas conclusões acima. Nas análises que faremos na sequência acerca do referido relatório, percebemos a insistência em comprovar com dados estatísticos, a condição de deficiência da economia e da população de Itapiranga. O discurso exposto argumenta de que havia a intenção de sensibilizar as autoridades alemãs e brasileiras da necessidade de financiar projetos de desenvolvimento na região. Nesse sentido, a Misereor colaborou financeiramente na execução do projeto de implantação de uma escola de formação agrícola em Itapiranga, que cabe analisar aqui.

O discurso da modernização

O discurso relutante acerca da necessidade da modernização da agricultura e das condições de vida do colono em Itapiranga esteve evidente na imprensa local nas décadas de 1950 e 1960. A impressão que temos é de que as lideranças do projeto de colonização de Itapiranga e principalmente a sociedade urbana e empresarial viam o colono numa condição de atraso, falta de conhecimento e higiene na propriedade rural. Esse discurso fora assimilado pelas lideranças políticas e comerciais locais diante de um cenário mais amplo, a nível de Brasil e de Santa Catarina, que, segundo Balsan (2006), evidenciava a necessidade de a agricultura aprimorar seus padrões produtivos, mesmo que esse processo afetasse as relações de produção como também os recursos naturais.

Devemos considerar o discurso da imprensa a partir de uma intencionalidade inserida no seu contexto histórico, o que em termos metodológicos e de análise para um estudo historiográfico, de acordo com Silva e Franco (2010), remete a compreender os sujeitos no seu tempo e no seu espaço político e ideológico da sociedade. Para tanto, a instalação de uma escola agrícola foi uma das manifestações de um processo mais abrangente de modernização das relações produtivas agrícolas locais.

E essa visão se tornou corriqueira nos meios de imprensa, em artigos e entrevistas que exaltavam a necessidade de se modernizar as técnicas de trabalho e de também melhorar as condições de vida na propriedade. Nos artigos referentes à modernização da prática agrícola, percebemos o incentivo à utilização de produtos químicos, por exemplo. Em artigo publicado por João Albino Both, funcionário da cooperativa de crédito local, a Sociedade União Popular, e defensor do ruralismo, do cooperativismo e da promoção cultural nas colônias alemãs do Sul do Brasil, percebemos a concepção que se arraigava em comparativo feito entre os colonos do Brasil em relação aos da Alemanha:

O que cai em vista, realmente, é que lá se trabalha. Constata-se, por outro lado, que o povo se encontra intelectualmente preparado para tanto [...] O cooperativismo é algo de extraordinário. O sistema de cooperativas de crédito, financiamento, produção e consumo funciona mesmo! Não é como aqui, entre nós, onde infelizmente o cooperativismo está tão desacreditado. Tais informações nos deixam perplexos em face do nosso sistema primário de produção. Temos que ter presente, antes de tudo, que a Alemanha conta com

uma experiência de muitos séculos mais do que nós. E, apesar das guerras que a atingiram, levantou-se, graças a uma cultura já estabilizada e profundamente arraigada na raça. Antes de nos ser motivo de desânimo, seja-nos um exemplo de coragem e iniciativa. Com fé e esperança também chegaremos aonde eles já estão. (BOTH, 1963:02)

A expressão discursiva presente no fragmento acima, quando remete a outro país, no caso a Alemanha, busca construir parâmetros entre duas situações, que, segundo o autor encontravam-se distintas. Enquanto que na Alemanha apresentava-se uma “cultura estabilizada e profundamente arraigada na raça”, em Itapiranga coexistiriam as concepções de atraso técnico e cultural. Isso parecia bastante alarmante para o autor do artigo, partindo do pressuposto de que em Itapiranga viviam descendentes de alemães.

Em outro artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, o tema era o combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. O texto apresenta diversas medidas a serem tomadas para combater essa praga que supostamente infestava a região. Dentre as medidas apresentadas, sugeriu-se a pulverização das paredes, janelas e partes internas das moradias com produto químico conhecido como Mafu. Outra medida sugerida é o tratamento do esterco com produtos químicos, como o Dipterex.

Na criação de porcos também se sugeriu a aplicação de produtos químicos como os superfosfatos para melhorar o manejo dos animais. Conforme o artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, a prática já vinha sendo desenvolvida em países da Europa, sendo o superfosfato um dos elementos de saúde e higiene dos suínos, diminuindo a incidência de canibalismo, o que resultaria em animais mais alegres. (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, nº 84, 1962).

Em artigo publicado no Jornal Clarinadas de 15 de Junho de 1958, vemos o apelo no sentido de urgentemente promover a industrialização e a modernização da agricultura de Itapiranga. Trechos do texto nos dão uma compreensão melhor desta análise feita pelo autor no período:

Para nós, já ambientados num mundo um pouco diferente daquele que nos viu nascer, parece-nos ingente necessidade a atualização do espírito dominante em nosso meio. É preciso tirar nossa cidade da redoma que a asfixia e isola do resto do mundo, retendo-nos na realidade que já devera ser antiquada na época de nossos bisavós. Somos pela industrialização de Itapiranga, pela modernização de seus métodos agrícolas, pela atualização do pensamento que norteia nosso povo. Não nos parece justo que quando o mundo já se prepara para viagens siderais nós ainda vivamos à maneira do século passado. Quando na agricultura o mundo inteiro aderiu à cultura racionalizada, ao emprego de adubos e fertilizantes, ao uso de máquinas agrícolas, em nossa colônia ainda é o braço humano e o boi que revolvem a terra. E quando todo o Brasil sabe que a queima das matas é prejudicial à terra, em Itapiranga se preparam as roças com fogo [...] No momento em que o mundo atingiu o quarto período de sua evolução agrícola nós ainda estamos no segundo, qual seja o do emprego da enxada como principal objeto de trabalho do nosso lavoureiro. (SCHWENGBER, 1958, p5)

Percebemos que o autor do artigo é enfático ao argumentar sobre o atraso da economia e das práticas agrícolas. Ao afirmar que é preciso retirar Itapiranga da

redoma, o autor apela para o fim das barreiras que atrasavam a economia local. Como solução, o artigo aponta algumas alternativas:

Naturalmente o colono deverá colaborar. Ele não pode persistir teimosamente na afirmativa de que seu avô, usando os métodos que ele está empregando, foi muito bem, e estribado nisso, negar-se a adotar sistemas e processos modernos. É necessário convencê-los disso, principalmente a nova geração. A nossa indústria, se é que já podemos considerar tal, é a mesma que a Europa viu há duzentos anos atrás, na época obsoleta dos burgos, ou quiçá, já nos feudos. [...] O que não há é iniciativa, é coragem para um empreendimento de envergadura. A industrialização de suínos, cuja criação seria ainda mais incentivada e aumentada com a instalação de um moderno frigorífico é uma necessidade que se impõem. [...] Por que permitir que a nossa produção de leite e os nossos suínos sejam industrializados no Rio Grande? Não seria melhor que o fossem aqui mesmo? (SCHWENGBER, 1958, p.5)

Em outra reportagem publicada no Jornal Itapiranga em Marcha, percebemos um depoimento da necessidade do povo itapiranguense pensar o futuro da região, numa referência à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico como entidade representativa responsável por planejar as ações socioeconômicas necessárias para o progresso de Itapiranga:

Nos últimos 10 anos a população do Brasil duplicou. [...] Li com prazer nos últimos números de “Itapiranga em Marcha”, o progresso que se vai registrando nessa cidade. Itapiranga tem um futuro à vista, que os itapiranguenses desconhecem. Dentro de poucos anos poderá ser conhecida em toda a nação por cidade de fronteira e de amplos recursos ainda não explorados. Nos últimos 4 anos como o pensamento do povo tem mudado! Que será quando em breve as casas tiverem televisão? [...] O marco do progresso será sem dúvida a Comude, favorecida por empréstimos providos da Alemanha. É preciso que todo o povo colabore nestas iniciativas, quer financeiramente, quer de ânimo e serviço. O progresso em Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados. (ITAPIRANGA EM MARCHA, nº 76, 1962, p. 01).

Percebemos o apelo da necessidade da população, de maneira geral, abraçar a ideia do desenvolvimento. Temos de ter presente de que a partir da emancipação de Itapiranga, mas mais precisamente a partir do final da década de 1950, criou-se uma atmosfera de um ideal de progresso para Itapiranga, e mesmo que ele não fosse construído pelo povo para o povo, ele poderia ser idealizado e posto em prática por vias externas.

Em artigo de autoria de Vitor Reis, publicado no Jornal Oeste em Marcha de 1963, percebemos mais um apelo ao povo de Itapiranga quanto à necessidade de progredir até mesmo com a construção de uma sociedade recreativa, a exemplo do frigorífico que estava em fase de construção:

Nesta etapa em que podemos acreditar na construção de um moderníssimo frigorífico em Itapiranga, que terá tudo de moderno, até o grito do porco

será sufocado em nossa exemplar indústria por um choque elétrico. Nesta época em que queremos dar nosso brado de independência econômica. Nesta encruzilhada em que ou progredimos ou retrocedemos. Justamente nesta situação em que nos encontramos, é a última hora de construirmos algo que nos represente. Esta hora é a de construirmos a nossa Sociedade com S maiúsculo. [...] Avante. Não vacile. Para a frente! (REIS, 1963, p. 01)

A pergunta que cabe no momento é: como o colono reagia ao ler os jornais, ouvir ao rádio ou conversar com lideranças sobre a necessidade da modernização e a mudança das práticas agrícolas em sua propriedade? Depois de anos praticando uma agricultura ensinada pelos seus pais e herdada de seus antepassados, como proceder diante dessas inovações que estavam surgindo? Como ele concebia esse ideal de progresso idealizado naquele período?

No fragmento acima, o autor fala de uma encruzilhada, que Itapiranga deveria escolher entre progredir ou retroceder. Mas o que representava no período progredir ou retroceder? Será que esse não era um questionamento feito unicamente por determinadas pessoas ou classes sociais diretamente interessadas na modernização da economia regional? Será que o colono estava realmente consciente de sua condição? Ele se concebia como atrasado? As práticas agrícolas na visão do colono eram atrasadas? Qual era a referência para a construção da noção de atraso?

De que forma essas novidades que surgiam na agricultura adentravam na propriedade? De que forma alteraram as relações de trabalho? Como as gerações mais novas conviviam na propriedade? São questionamentos que precisam ser levantados para que não generalizemos a ideia de que o ideal de desenvolvimento e progresso que se alastrava impulsionado principalmente pela expansão da economia brasileira e catarinense no período nasceu de forma espontânea em toda a sociedade itapiranguense.

Entendemos que o discurso produzido localmente esteve inserido numa lógica mais complexa, que afetou incisivamente o estado de Santa Catarina nas décadas de 1950 e 1960, visto que ele passou a ser concebido como fornecedor de matéria prima para os centros urbanos e industriais que se desenvolviam no Brasil. Esse contexto ficou ainda mais evidente na região Oeste catarinense, onde a produção agrícola e a formação dos complexos agroindustriais estruturaram novos padrões produtivos e nessa lógica, era necessário que o agricultor assimilasse o conceito de modernização e de desenvolvimento almejado. Nesse sentido, os discursos eram direcionados ao homem do campo, pois ele representava um elo importante dessa cadeia produtiva.

Em Itapiranga, esse discurso ganhou eco e a imprensa representou um catalizador nesse sentido, como podemos perceber na seguinte manifestação:

“O progresso de Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados.” (ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962, nº 82, p. 01).

Essa compreensão se alinhou a uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento e integração da agricultura aos modernos meios de produção e consumo que caracterizou

as políticas de cooperação ocidental das décadas de 1960 e 1970. Localmente podemos perceber que os discursos de desenvolvimento e de progresso se fundiam numa mesma preocupação: constituir um padrão produtivo e de sociedade alinhado ao modelo que se estruturava a nível nacional e que se manifestava solidamente no Oeste de Santa Catarina.

A Misereor da Alemanha

O surgimento da instituição Misereor em 1959 na Alemanha Ocidental deve ser entendido num esforço de entidades governamentais e não governamentais e da sociedade civil europeia na tentativa de construir um processo de paz e fortalecimento das ações conjuntas visando à promoção da justiça social depois da Segunda Guerra Mundial. Fortalecidos principalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (1948), os movimentos de cooperação humanitária proliferaram-se por diversos países da Europa, muitos vinculados a instituições religiosas cristãs. Obviamente que o contexto da ação social católica e do Concílio Vaticano II também são fatores a considerar, mas para efeitos de co-relação com o tema, compreenderemos a particularidade da consolidação e da expansão da Misereor na década de 1960.

No ano de 1959 é fundada oficialmente a instituição Misereor, com sede na cidade de Aachen, na Alemanha. A partir de então iniciam os projetos coordenados pela instituição, que, mesmo vinculada à Igreja Católica Alemã, possui suas próprias diretrizes e linhas de ação. Mesmo sendo a entidade de caráter humanitário e de caridade, a instituição Misereor nasceu num contexto conturbado de geopolítica da Guerra Fria e por isso, a sua perspectiva e discurso não eram algo de extraordinário. Era a mentalidade que se construiu no momento e o discurso de fazer frente à expansão da União Soviética nos países do Terceiro Mundo era uma diretriz consentida pelo Vaticano (FRANZEN, 2015).

Em sua tese de doutoramento, Toscer (1997) aponta que a Misereor surgiu sob os princípios de ajuda humanitária da Igreja Católica alemã para combater a fome e a miséria nas regiões consideradas subdesenvolvidas do mundo. No entanto, conforme a autora, parece paradoxal que esse movimento tenha surgido na década de 1950, momento em que a Igreja alemã preocupava-se seriamente com questões internas do catolicismo, com a miséria social e religiosa dos fiéis, com a reconstrução de uma ordem social cristã e a situação dos católicos em zonas de ocupação soviética.

A maioria dos recursos financeiros que mantinham as políticas de cooperação da Misereor provinham de sua maioria da arrecadação feita junto a católicos da Alemanha. Fato que merece destaque é de que as campanhas de doações cresceram de forma vertiginosa com o passar dos anos. Esse processo representou uma evolução da mentalidade das pessoas quanto às condições de vulnerabilidade das populações mais carentes no mundo. Conforme Norbert Elias (1997), esse processo passou a ser mais incisivo e mais consistente na segunda metade do século XX.

Entendemos de que o sentimento de ajuda que norteou a ação da Misereor ao longo do século XX foi movido por esse sentimento de humanização e caridade, sendo que um dos grandes incentivadores desse contexto foi a Igreja Católica através do complexo movimento do Concílio Vaticano II. Se a Misereor nasceu num contexto de

Guerra Fria, quando houve a disputa geopolítica por regiões de influência no mundo, principalmente nas consideradas subdesenvolvidas, fica evidente de que o discurso se alinharia a esse cenário.

A partir da fundação da Misereor em 1959, a instituição passou a organizar campanhas anuais de mobilização por doações, bem como receber e gerenciar os recursos financeiros para ações de mobilização humanitária no mundo subdesenvolvido. As regiões de ação da instituição direcionaram-se ao que se denominou de Terceiro Mundo, ou países subdesenvolvidos, a destacar: América Latina e Caribe, África e Ásia. Nesse sentido, a Misereor passou a organizar anualmente o que denominou de *Fastenaktion*, ou seja, campanhas de coleta de recursos com um tema norteador.

Quando foi fundada em 1959, a Misereor surgiu basicamente sob os alicerces da Igreja Católica Alemã idealizada pela Confederação dos Bispos daquele país e era sustentada com recursos provindos basicamente de coletas e doações de pessoas da sociedade civil. No entanto, no ano 1961 com a criação do *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung*, ou Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento do Alemanha Ocidental, a entidade passou a receber recursos financeiros do Estado como entidade promotora de cooperação e desenvolvimento. Essa lógica se tornou um instrumento de política externa da Alemanha Ocidental (ERB, 2003).

Nos anos 1960 o governo alemão foi pressionado pelo bloco ocidental a promover políticas de desenvolvimento e cooperação aos países em desenvolvimento, numa clara alusão à contensão das zonas de influência soviética, num contexto geopolítico da Guerra Fria. Nesse cenário, entidades como a Misereor recebiam recursos do Governo da Alemanha Ocidental e conseqüentemente eram pressionados a respeitar essa lógica geopolítica. É nesse contexto da década de 1960 que se estrutura a expansão da Misereor alicerçada em recursos adquiridos de campanhas de doação, de recursos financeiros provindos de dedução de impostos de pessoas física e da Igreja Católica e de recursos financeiros provindos do referido Ministério do Governo alemão.

Kiefer e Risse elencam as linhas de ação definidas pela Misereor para selecionar os projetos de cooperação transnacional que seriam contemplados com auxílio financeiro da entidade. Essas linhas de ação representam as prioridades da concepção de cooperação para o desenvolvimento socioeconômico, consideradas prioritárias para a Misereor:

- Ajudar, no aumento e melhoramento da produção de alimentos: envio de profissionais; compra de gado, sementes, fertilizantes e equipamentos; medidas de irrigação, construção de poços; drenagem da terra; medidas de estímulos a agricultura; promoção da pesca; construção e ampliação de escolas agrícolas e instrução comercial; cursos agrícolas e serviços de consultoria; promoção de cooperativas autossustentáveis.
- Ajudar a expandir a base econômica e melhorar as condições de vida: construção e ampliação de escolas de artesãos, cursos de artesanato e serviços de consultoria; Construção e ampliação de escolas donas de casa e cursos de economia doméstica e consultoria doméstica; estímulo a produção, transformação e criação de cooperativas de consumo.
- Ajudar a melhorar a assistência a saúde: construir e ampliar hospitais, ambulatórios, maternidades, escolas de enfermagem; assessoria a saúde e higiene pessoal; envio de enfermeiros e médicos.

- Ajuda para a formação de líderes locais: para melhorar as condições de vida locais na agricultura e no trabalho, serviços de saúde, na indústria e na técnica; estruturar condições sociais saudáveis e um quadro de desenvolvimento global equilibrado: desenvolvimento das comunidades, cooperativas e opinião pública. (KIEFER; RISSE, 1962, p. 27)

A Misereor possuía uma compreensão de desenvolvimento bem peculiar, vinculada à discussão Doutrina Social da Igreja e da sua postura social no contexto do Concílio Vaticano II. Nesse sentido, os projetos de cooperação da instituição alemã eram destinados principalmente a iniciativas locais, em alusão ao princípio de subsidiariedade, buscando estimular projetos de relevância localizada, em perspectivas de comunidades, de realidades rurais vinculadas a uma dimensão familiar territorialmente delimitada. Nessa lógica, através da estruturação de iniciativas locais, se poderiam constituir uma dinâmica mais abrangente que se vinculava a uma geopolítica de Guerra Fria e a representatividade que o espaço rural tinha nesse contexto. A demanda do desenvolvimento é assumida pela Igreja Católica e pela Misereor como um projeto de integração e constituição de um padrão de mundo coeso, humanizado num cenário geopolítico problemático e ambíguo. Representou uma ação de oferta de pão a comunidades com fome, uma ação conjunta do catolicismo visando sanar problemas básicos de vida e de trabalho das populações expostas às mais variadas moléstias socioeconômicas.

Esse olhar para os povos do Sul, para os pobres, esteve carregado de um discurso de caridade e de ajuda, mas que também manifestou o interesse em integrar essas populações ao padrão de desenvolvimento e do ideal de dignidade humana formatada nas bases filosóficas do mundo ocidental. Era preciso ajustar as peças que compunham o jogo geopolítico numa tática de integração e desenvolvimento cooperativo, num esforço desenvolvimentista como instrumental de influência e progresso. Nesse sentido as escolas de formação agrícola foram muito estimuladas pela Misereor, pois representavam a cristalização de um processo de formação com base nos princípios defendidos pela Igreja Católica. Por isso, a instrução ao produtor rural fomentada pela Igreja esteve fortemente imbuída de princípios de vida condizentes com o que se defendia, numa postura crítica, não contrária, à modernização conservadora que desencadeava no Brasil.

Escola de formação agrícola em Itapiranga/SC

A escola de formação agrícola foi uma das alternativas de desenvolvimento elencadas no Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962. O projeto foi liderado pelos padres jesuítas que historicamente estavam à frente da colonização Porto Novo, que se refere ao município de Itapiranga.

No ano de 1948, o hospital que pertencia a uma sociedade composta por moradores da comunidade de Sede Capela, interior do município de Itapiranga, foi adquirido pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, de São Leopoldo, no intuito de que ali fosse instalado um centro de formação que pudesse receber alunos do interior da colônia que pretendessem seguir a vocação religiosa. Em outras palavras, os Padres Jesuítas desejavam transformar aquele centro educacional num seminário de formação religiosa.

Em 1949 iniciaram as atividades do novo centro de formação de Sede Capela, denominado, a partir daquele momento, de Instituto de Assistência São Pedro Canísio (laesc), que representava uma espécie de pré-seminário, onde os adolescentes frequentavam a escola até o 5º ano primário e em sequência passavam a estudar no seminário de Salvador do Sul/RS – o *Kappesberg*. No ano de 1949, 37 alunos estudavam no pré-seminário de Sede Capela, número que foi aumentando gradativamente a cada ano.

Por volta de 1967 o tempo de permanência dos seminaristas foi ampliado, possibilitando que também cursassem a 1ª e a 2ª séries do ciclo ginásial e a partir daquele momento, o seminário passou a denominar-se Ginásio Três Mártires. No ano de 1976, o educandário passou a fazer parte da Rede Estadual de Ensino, funcionando no mesmo prédio da escola agrícola.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico previu a necessidade da criação de uma escola de formação técnica num cenário de modernização da agricultura. Havia na época, uma compreensão de que era necessário promover a modernização da agricultura local e a capacitação dos agricultores, principalmente de seus filhos, para que eles pudessem trabalhar nesse processo de modernizante. Assim nasceu a ideia de implantar uma escola de instrução agrícola, aproveitando a estrutura existente no pré-seminário da comunidade de Sede Capela.

Em 1962 o Padre Oscar Puhl S.J. (1920-2001) coordenou a elaboração do projeto de instalação desse centro de formação. Nesse projeto estava clara a preocupação com o estudo e o trabalho do jovem agricultor e de inseri-lo no mundo do trabalho. Conforme o próprio Padre denominou de *Landwirtschaftschule*, a escola se destinaria à formação geral de jovens com aulas práticas de serviços agrícolas e também de vocação religiosa (PUHL, 1962).

Os projetos de cooperação junto à Misereor destinados ao centro de formação agrícola de Itapiranga, consistiram num esforço da comunidade regional em colocar em prática um anseio das lideranças jesuítas locais, principalmente do Padre Oscar Puhl, S.J. Isso demonstra que havia a preocupação em fomentar a colonização no intuito de evitar que os considerados métodos “atrasados” levassem à ruína o projeto de colonização idealizado pelos jesuítas.

Após conclusão do Relatório de Desenvolvimento Econômico, houve a necessidade de escolher um local onde pudesse ser instalada uma escola de formação para os agricultores. Como na comunidade de Sede Capela já funcionava o pré-seminário jesuíta, que englobava uma extensa faixa de terras, ideal para a prática de diversas atividades agrícolas e como ali estudavam adolescentes provindos de diversas comunidades do interior, ficou acordado que este seria um espaço propício para tal. O projeto para buscar recursos financeiros ficou a encargo do Padre Oscar Puhl, S.J. e do membro da Comude, Heinrich Lenz (1901-1986)². Apesar das tratativas iniciarem já em 1964, somente em 1968 se concretizou o auxílio financeiro para a estruturação da

² Heinrich Lenz imigrou da Alemanha para o Brasil em 1933, instalando-se em Itapiranga. Ele possuía formação acadêmica na área do Direito na Alemanha e sua atuação nos projetos de desenvolvimento regional em cooperação com a Misereor foi determinante. Para além de Itapiranga, Heinrich Lenz passou a assessorar entidades de diversos municípios do Sul do Brasil que buscavam recursos financeiros de instituições de cooperação alemãs como a Misereor e a Adveniat. A família Lenz, que hoje ainda reside em Itapiranga, possui um arquivo com fragmentos dos projetos intermediados por ele nas décadas de 1960 e 1970.

escola.

O dossiê do acordo de cooperação 233-058/022, disponível no arquivo da Misereor é assinado por Heinrich Lenz e datado de 25 de setembro de 1964, justifica que a ideia de um espaço de formação agrícola é decorrente das conclusões presentes no Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962, fazendo referência a um processo de continuidade e processualidade na cooperação da Misereor.

O documento inicia com uma consideração importante sobre o que se imaginava ser uma das causas da condição da população: o fato de que o “isolamento” estaria firmado no princípio da fé e da nacionalidade. O isolamento referia-se, como se pode concluir no projeto, ao sentimento da não miscigenação da população local, um dos princípios da colonização de Porto Novo. Sendo assim, as forças produtivas e as manifestações culturais endógenas seriam a causa da falta de informação e preparo da população do campo para ressignificar as práticas agrícolas num cenário conjectural de modernização da agricultura, por isso, tornava-se necessário um esforço visando “compensar” algumas desvantagens dessa condição através de uma maior “racionalidade”, concluindo que,

A população é muito ligada à tradição; esta restrição deve ser superada nos métodos econômicos; o conhecimento moderno que falta passa por uma escola, principalmente para os jovens, isto é uma condição para o desenvolvimento da região [...] O plano da escola crescerá juntamente com a prática. O pequeno Pré-Seminário buscará os jovens inteligentes; a questão é de que os padres também coordenem o processo de preparação profissional destes jovens. (PROJETO 233-058/022, 1964)

A formação escolar nas primeiras décadas de colonização esteve atrelada às congregações católicas religiosas atuantes na colonização, principalmente os jesuítas e as Irmãs da Divina Providência. Esse processo é bastante significativo, pois quando o próprio ambiente escolar condiciona um padrão educativo, conforme o estudo de Eidt (1999), supõe-se que a formação das gerações futuras seja baseada na tradição local. Com o projeto de instalação de uma escola de formação agrícola junto ao pré-seminário, onde os jovens recebiam concomitantemente a educação religiosa e profissional, os jesuítas pretendiam assumir uma postura de formação obviamente direcionada para determinados padrões sociais e culturais. Pode-se afirmar, com base na história da comunidade local, que os jesuítas pretendiam retomar um modelo que sofrera um revés com a Lei da Nacionalização de 1938 e que esses padrões estavam alicerçados no catolicismo e no germanismo, agora aliados a uma formação para o trabalho agrícola.

Uma vez encaminhado o projeto de cooperação junto à Misereor, a aprovação do apoio financeiro por parte da instituição constitui-se num processo longo e relutante. De início, a Misereor responde a comunidade local através de ofício datado de novembro de 1964, solicitando mais informações sobre a proposta de construção de uma escola, como dados estruturais do edifício. Também questiona o fato da real utilidade de uma escola de formação agrícola para adolescentes de 12 anos, idade em que se encontravam grande parte dos alunos do pré-seminário. O que se percebe é de que a Misereor questionava o nível de maturidade para crianças nesse estágio receberem instruções agrícolas. Talvez não estivesse claro que, com 12 anos, muitas delas já auxiliavam em tarefas diárias na atividade agrícola das propriedades, o que era bastante comum na

época.

Mas o projeto de construção da escola foi iniciado pela comunidade local antes mesmo do apoio da Misereor. Para a construção foram mobilizadas as mais variadas frentes sociais locais, tanto políticas, como comunitárias. Padre Oscar Puhl S.J., coordenador do trabalho de construção, conseguiu engajar a comunidade de tal maneira que grande parte das famílias colaborou com recursos financeiros ou até mesmo com dias de trabalho na obra. O projeto estrutural era bastante complexo e amplo o que demandou muita mão de obra e material para a construção.

Diante das dificuldades financeiras para a construção da escola, Padre Puhl S.J. e lideranças políticas locais encaminharam o projeto ao Governo do Estado de Santa Catarina para que fosse firmado um acordo de cooperação com o Governo da Alemanha Ocidental, através da Embaixada do Rio de Janeiro. Esse processo também consta do dossiê presente no arquivo da Misereor:

(...) após a primeira fase da colonização de Itapiranga e a construção das comunidades houve um certo grau de autossuficiência, mas após anos de colonização veio a estagnação econômica. Os dados estatísticos demonstram a vitalidade e a dinâmica do colono, e a sua notável capacidade e projetar planos ainda mais amplos e colocá-los em realidade. Para tanto, em parceria com a Misereor foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Econômico, e nele ficou claro o quanto é importante uma escola de formação agrícola para Itapiranga. (PROJETO 233-058/022, 1964)

Apesar da mobilização de diversas frentes, visando a construção da escola com recursos da cooperação alemã, a Misereor, num primeiro momento, negou o auxílio, alegando escassez de recursos. Padre Oscar Puhl S.J., obviamente empolgado pelo fato da construção já estar em andamento, recorreu a outras instituições visando apoio para o projeto. Uma dessas instituições foi a *Deutsche Jesuitenmission Japan*, entidade assistencial mantida por religiosos alemães com sede na cidade de Köln. Em resposta ela enviou ofício à Misereor reforçando a necessidade do apoio ao projeto da escola de Itapiranga. Em resposta, em ofício datado de 20 de maio de 1965, a Misereor responde a *Deutsche Jesuitenmission Japan* de que não é possível auxiliar no referido projeto, pois “a situação é tal que no momento solicitações elegíveis não serão consideradas, porque os recursos em relação aos pedidos são demasiado baixos. Esta situação tende a ficar ainda mais problemática.” (PROJETO 233-058/022, 1964).

No dossiê constam vários ofícios enviados pela comunidade local ressaltando a importância do projeto para o município de Itapiranga e região. A tática adotada para conseguir o apoio da Misereor parece ter sido a insistência. Em um dos ofícios, datado de 13 de fevereiro de 1966, Padre Puhl S.J. informa que já iniciaram as obras com o esforço da comunidade local, inclusive, enviou fotos da construção do edifício. A tática que fica clara era seguir a construção e solicitar ajuda por pavimento.

Em uma das fases do processo consta um ofício assinado por Manoel Pio Correa, então atuante no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, endereçado ao Ministério da Cooperação Econômica da Alemanha Ocidental, com sede em Bonn:

O estudo das condições socioeconômicas demonstra que apenas 1,7% da população têm formação profissional. A falta de conhecimento e de métodos de trabalho na agricultura são uma preocupação das autoridades. O treinamento agrícola e profissional no mencionado município, vai portanto, tratar-se de extrema importância e vai abrir novas possibilidades para toda a área. Esta escola irá formar novos trabalhadores especialistas na área, visando atender as necessidades do Brasil em trabalhadores qualificados.

A escola não vai beneficiar somente o município de Itapiranga, mas também todo o Oeste do Estado o que comporta em torno de 130.000 moradores, dos quais 75% trabalham na agricultura, e para melhorar a cultura e o nível profissional dos agricultores, para que com isso a questão social brasileira se desenvolva.

Quero agradecer-lhe se esse pedido for atendido, e reiterar o interesse do governo brasileiro nesse projeto, em consonância com o Acordo Bilateral de Cooperação Técnica entre Brasil e Alemanha de 1963. (PROJETO 233-058/022, 1964)

Percebe-se a mobilização de diversas frentes para conseguir recursos financeiros para a construção da escola. Estavam ou foram envolvidos por lideranças locais, agentes políticos das mais variadas esferas. Certamente, a participação de um Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como, do Ministério da Cooperação Econômica da Alemanha Ocidental, dava ao projeto da escola agrícola de Itapiranga considerável relevância. Ao longo dos anos de 1966 e 1967 são remetidos à Misereor diversos pedidos de informação acerca do andamento do projeto de cooperação para a construção da escola, o que parece ter sido uma tática das lideranças locais visando criar um clima de unidade em prol do projeto, bem como, formar uma atmosfera de pressão em torno da aprovação do recurso.

Em ofício endereçado à Misereor, Heinrich Lenz conclama da urgência da aprovação do projeto de cooperação, parecendo fazer um apelo ao teor de necessidade da escola para a comunidade regional: “o que deve acontecer agora? O conjunto do projeto também é de minha iniciativa. Reconheço a necessidade urgente. Devo deixar a comunidade local perder a oportunidade de ter uma escola de formação agrícola?” (PROJETO 233-058/022, 1964).

O então Bispo da Diocese de Chapecó, Dom Wilson Laus Schmidt, também enviou à Misereor declaração de consentimento em relação ao projeto da construção da escola:

Declaro que em Sede Capela, município de Itapiranga, pertencente a Diocese de Chapecó, está realmente construído digo sendo construído o CONJUNTO VOCACIONAL, denominado “Escola Agrícola e Profissional”, sendo responsável pela construção o Revmo Pe Oscar Puhl, S.J. Não há dúvidas de que esta escola beneficiará os 180 a 200 mil agricultores do extremo oeste de nossa Diocese. (PROJETO 233-058/022, 1964)

Nessa fase do processo, parece haver uma mudança no discurso sobre os objetivos a que se propunha a construção da escola. Para além de beneficiar a comunidade local, o discurso de mobilização agora se concentra numa perspectiva regional de abrangência da escola, ou seja, de que neste educandário não estudariam somente jovens de Itapiranga, mas de diversas cidades do Extremo Oeste catarinense e Noroeste do Rio

Grande do Sul. Mas o posicionamento contrário da Misereor ao apoio, obviamente em primeiro lugar pelas limitações de recursos, também se centra na construção de uma escola de nível médio, pois entendia que essa devia ser uma obrigação do Estado.

Diante do impasse, a Misereor solicita que uma comissão de avaliação do Ceris³ vá a Itapiranga, afim de ver as condições do município e entender melhor a proposta de construção da escola. Da visita da comissão que ocorreu em Setembro de 1967, resultou um relatório das condições socioeconômicas do município, bem como, da viabilidade do projeto. Esse relatório, consta do processo junto ao arquivo da Misereor, enumerado pela identificação JGS 23/1967, e inicia retratando as difíceis condições de chegar a Itapiranga e que a infraestrutura da região era precária. O relatório faz questão de informar que a língua preponderantemente falada pela população é o alemão, e contempla:

Sobre os métodos de trabalho: São rudimentares: os implementos agrícolas ainda são tracionados por juntas de bois, aliás a região é montanhosa em sua maioria e o trabalho agrícola com tratores embora possível, não é aplicável na totalidade da área. Falta, porém, o ensino de novas técnicas de trabalho e a experimentação para testar novas atividades agrícolas. (PROJETO 233-058/022, 1964)

O relatório do Ceris contempla o esforço da comunidade local para a efetivação do projeto e que a solução encontrada para suprir a demanda regional por formação técnica foi uma educação concomitante ao pré-seminário, pois muitos dos alunos abandonavam a escola antes de concluir seus estudos religiosos, obviamente por falta de vocação religiosa. Assim, ao frequentar o pré-seminário, os alunos já possuíam uma formação para o trabalho e para as técnicas agrícolas. O relatório do Ceris contempla que certamente a construção da escola iria “concorrer” para o desenvolvimento regional e caso a Misereor viesse a aprovar o pedido de ajuda, deveria estabelecer algumas regras para a direção da escola, visando melhor aproveitamento na formação dos alunos, principalmente no que tange ao número mínimo de matrículas e também a possibilidade de frequentar a escola independentemente de cor, raça e religião.

No entanto, apesar de todos os esforços e das personalidades envolvidas, a Misereor informa em ofício datado de 2 de maio de 1968, que o projeto do Instituto de Assistência e Educação São Canisio não seria contemplado com apoio financeiro da instituição. Essa notícia afetou as lideranças locais, visto que a construção da escola que já havia custado muito recursos financeiros e dias de trabalho à comunidade. Os problemas financeiros para a continuidade da obra ameaçavam a conclusão do edifício. Nesse sentido, em 1968, Padre Oscar Puhl S.J. viajou à Alemanha, em companhia de Heinrich Lenz, para pessoalmente tratar do assunto. Diante das conversas com diversos agentes e entidades, ficou acordado um plano de cooperação que teria a participação de diversas frentes.

Somente em maio de 1969 se consolidou esse projeto, quando ocorre, enfim, a aprovação do recurso por parte da Misereor. O montante relativo à primeira fase de

³ O CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais foi fundado na década de 1960 e era encarregado de fazer análises estatísticas e sociais relacionadas à Igreja Católica no Brasil. Era um órgão vinculado à CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Atuava em parceria com a Misereor, visando o acompanhamento dos projetos de cooperação desenvolvidos no Brasil.

construção da escola foi assim financiado: Ministério da Educação do Brasil: 88.500 DM; estado de Santa Catarina: 6.500 DM; Arquidiocese de Köln: 90.000 DM; contrapartida: 37.7000 DM. Valor total do convênio mútuo foi de 222.700 DM. É importante destacar que, apesar da Misereor não participar diretamente com um recurso financeiro nesse primeiro momento, era ela quem gerenciava o projeto de cooperação em nome dos parceiros da entidade na Alemanha.

A escola funcionava mesmo com o processo de construção do edifício que andava a passos lentos. Com a primeira ajuda recebida através do projeto de cooperação foi possível pagar dívidas em atraso e acelerar a obra. No entanto, como o projeto do edifício era de grandes dimensões, foi necessário buscar um novo recurso junto à Misereor, projeto elaborado e protocolado em 1970 com a identificação de 233-058/022A.

No projeto foi anexada a grade curricular da escola, na qual podemos perceber que além da formação geral e religiosa, há claramente uma proposta de formação voltada para o espaço rural, inclusive no próprio componente de formação geral, a destacar:

- Cooperativismo: elementos e aspectos sócio históricos; importância socioeconômica para o desenvolvimento integral e equilibrado dos países em desenvolvimento; vantagens e limitações dos sistemas cooperativistas; elementos jurídicos fundamentais para organizar uma cooperativa de produção; síntese do cooperativismo brasileiro; participação ativa na gerência do Centro Cooperativista de Treinamento;

- Sindicalismo: o sindicato como órgão de classe; sua importância no desenvolvimento rural; elementos básicos de legislação sindical rural brasileira; óbices e esperanças do sindicalismo rural brasileiro; liderança sindical: como dirigir um sindicato rural;

- Associativismo juvenil: Clube dos 4S para os jovens, como meio de transmitir as modernas práticas agrícolas;

- Sistemas sociais atuais: aspectos fundamentais e sucintos sobre: o capitalismo, o ceo-capitalismo, o marxismo, o solidarismo cristão;

- Reforma agrária: elementos básicos constitutivos de uma reforma agrária; estrutura agrária no Brasil, segundo suas regiões geofísicas; perspectivas de uma reforma agrária brasileira.

As disciplinas técnicas e específicas de formação rural englobavam manejo, tecnologias de produção e gestão da propriedade agrícola. Percebe-se na grade curricular que há uma proposta voltada para uma formação cristã e solidária, abordando temas recorrentes do espaço rural naquele momento, como sindicalismo e cooperativismo. Como eram os religiosos os dirigentes e responsáveis por ministrar as aulas na escola, pode-se concluir que o padrão de ensino esteve alicerçado nos princípios do catolicismo cristão.

Em 1970, a Misereor novamente solicitou que uma comissão de avaliação do Ceris se dirigisse a Itapiranga para avaliar o funcionamento da escola e analisar a viabilidade da construção de uma escola de formação agrícola na região. O parecer é enviado à Misereor pelo então presidente do Ceris, Padre Afonso Gregory S.J. O conteúdo presente no relatório reforça o discurso que se convencionou e se generalizou na época de que as áreas rurais estavam à mercê de precárias condições de existência:

A paisagem expressa, inclusive, uma característica de utilização da terra por métodos agrícolas precários, como o sistema de rotação de terras através do qual o agricultor vai sucessivamente alternando queimadas, plantio, até a queda da produção e formação de uma nova capoeira para posterior queimada. O sistema é um verdadeiro rodízio na propriedade na busca da área onde a vegetação garanta a produtividade do solo. Este sistema só é economicamente viável em grandes propriedades, leva à exaustão do solo quando se trata de pequenas propriedades. A região sendo de ocupação recente, entretanto, ainda não apresenta sintomas ameaçadores, mas já expressa a sua insuficiência e, em alguns locais, já demonstra estar no último estágio. Sendo uma área com elevações tende a se acelerar o processo com a ocorrência da erosão dos solos descobertos e sem proteção. (PROJETO 233-058/022A, 1970)

O relatório destaca também a alta taxa de abandono da atividade agrícola por parte dos filhos dos agricultores, o que estaria gerando considerável êxodo rural. Alerta também que, pelo fato de Itapiranga estar localizada no Extremo Oeste catarinense, sua perspectiva de “desenvolvimento” seria bastante reduzida se comparada a outras regiões. O relatório encerra afirmando que o investimento para a construção da escola é muito alto em relação aos benefícios que ela pode gerar para a população e o desenvolvimento econômico. Esse posicionamento da Ceris demonstra a mentalidade muito presente no Brasil de então, acerca da ineficiência do setor agrícola nas regiões interioranas do País. A noção de desenvolvimento estava atrelada ao pensamento de produtividade e de progresso econômico.

Diante do posicionamento negativo do Ceris, a comunidade local se mobilizou para não deixar que esse fator impedisse a concessão do recurso. Sabia-se que a Misereor tinha como política justamente colaborar com comunidades interioranas vulneráveis e que estariam à margem de um projeto estatal de desenvolvimento. A Misereor visava preencher os espaços deixados em aberto por políticas públicas e disso as lideranças locais tinham consciência. Se Itapiranga poderia ser considerada uma comunidade com problemas de desenvolvimento e baixos índices socioeconômicos é uma questão complementar, mas os envolvidos sabiam que era preciso demonstrar à entidade alemã, o quanto esse projeto colaboraria para o desenvolvimento local.

Constam no dossiê, ofícios de diversas autoridades locais, como presidentes de sindicatos e cooperativas e do comércio, representantes do poder público e de classe, além de representantes do Governo do Estado de Santa Catarina. O presidente da Cooperativa de Produção de Itapiranga, entidade associativa dos agricultores locais, Bertolino Heerdt, conclama:

É urgente Itapiranga integrar-se na explosão desenvolvimentista do Brasil após revolução. No entanto, se não oferecermos ao povo, principalmente à juventude o Brasil de Amanhã, as armas da técnica para o desenvolvimento, através de escolas profissionais, não poderemos deixar de pensar no empobrecimento cada vez mais acentuado de toda a região, constituindo-se em mera consumidora, em vez de produtora das riquezas do país. (PROJETO 233-058/022A, 1970)

O presidente do Frigorífico Safrita de Itapiranga, outro empreendimento resultante do Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962, enalteceu a necessidade de matéria-prima de boa qualidade: “Para a boa comercialização e industrialização,

necessário se torna o fornecimento de matéria-prima boa, que de momento, deixa muito a desejar, devido à falta de conhecimento por vezes os mais rudimentares” (PROJETO 233-058/022A, 1970). Outro ofício, assinado pelo presidente da Associação Comercial de Chapecó, salienta a necessidade de mão de obra especializada na região: “Não há eletricitistas, não há torneiros, não há marceneiros, não há mecânicos – eis que urge no horizonte a tão almejada solução” (PROJETO 233-058/022A, 1970).

Da mesma forma foi anexada declaração de consentimento do então bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes:

Quanto à Escola Agrícola acho que é uma boa oportunidade para a Igreja dar algo de concreto para os nossos bons agricultores, que até hoje deram tudo para a construção de escolas, igrejas, hospitais. Mas que hoje não tem condições para ajudar o término da obra tão oportunamente iniciada pelos Padres Jesuítas. Diante de situação lamentável, o surgimento de uma escola agrícola merece todo o nosso apoio possível. O nosso atual agricultor não possui conhecimentos e nem capacidade intelectual para acompanhar as técnicas modernas de controle de doenças animais e vegetais, melhoria da raça de animais e sementes, correção do solo e adubação. A região da Diocese é a maior fornecedora de carne suína e em breve o será também de frangos e perus. Isto, apesar do atraso técnico e científico e da relativa pobreza de nossos agricultores. (PROJETO 233-058/022A, 1970)

O discurso de Dom José Gomes, apesar de ser comum na época, é muito intrigante, pois ao afirmar que a escola é uma oportunidade da igreja dar algo de concreto para a comunidade, demonstra que a Misereor é vista como uma entidade de caráter católico e cristão responsável por oferecer ajuda às populações que necessitavam. Sobre a percepção do bispo acerca da condição do agricultor, demonstra que a visão sobre o meio rural era pessimista diante da falta de informação e preparo para os manejos inerentes à atividade. O próprio discurso se contradiz ao afirmar que a região, apesar de possuir pouco conhecimento técnico, consegue ser uma grande produtora de derivados agrícolas, que, em sua maioria, eram provindos justamente de propriedades de pequeno e médio porte. Então, fica o questionamento: qual era o modelo idealizado de agricultura e de agricultor que se pretendia construir? Uma agricultura ainda mais integrada ao padrão moderno de produção? Uma profissionalização da atividade de agricultor?

Apesar de toda mobilização, a Misereor negou o pedido de ajuda ao projeto de Itapiranga em novembro de 1971, o que parece ser justificado pela falta de recursos diante da demanda de projetos a serem contemplados. Isso, se analisado na perspectiva de disponibilidade de recursos se torna compreensível, visto que Itapiranga já fora contemplada com outros projetos e até mesmo a própria escola já tenha sido auxiliada através de um projeto de cooperação. A nova ajuda da Misereor ao projeto, no valor de 40.000 DM, somente se concretizou em setembro de 1973.

Em 1979, a direção da escola, então sob coordenação do padre Bernardo Lenz S.J., encaminhou outro pedido de auxílio junto à Misereor para a construção de um estábulo para as vacas leiteiras utilizadas para as aulas práticas da escola agrícola e para a produção de leite, visando à arrecadação de recursos para a manutenção da instituição. O projeto protocolado junto à Misereor com a identificação 233-058/022B, conta com carta de recomendação assinada pelos prefeitos da Associação dos Municípios

do Extremo Oeste Catarinense. O objetivo era construir um “moderno” estábulo que pudesse servir de ambiente de aprendizagem para os alunos, visando demonstrar as potencialidades e as características de uma produção “intensiva”. “Especialmente pela estrutura de trabalho familiar com mão de obra excessiva onde o modo de produção ainda é extensivo, visando neutralizar o êxodo dos jovens para as grandes cidades estando expostos ao empobrecimento.” (PROJETO 233-058/022B, 1979).

O projeto, aprovado pela Misereor em novembro de 1980, fecha um ciclo de auxílios decorrentes do Relatório de Desenvolvimento Econômico elaborado em 1962. Percebe-se no discurso do último projeto, que passados 20 anos da realização do estudo, algumas questões ainda permaneciam não resolvidas na região, como era o caso do êxodo rural dos jovens. A iniciativa de construção de uma escola agrícola, de proporções estruturais amplas em relação à população local, representou uma oportunidade de formação para inúmeras pessoas de diversas cidades que ali se formaram.

Esse é um aspecto que precisa ser destacado. Apesar de todo conceito produzido em torno da modernização e de um “atraso” da agricultura regional, o que em si é um discurso, os projetos de cooperação postos em prática em Itapiranga em parceria com a Misereor foram determinantes para a reestruturação dos modos de produção e conseqüentemente da economia local. Todo rol de conseqüências que esse processo de modernização da agricultura gerou nas comunidades agrícolas do oeste catarinense é discutido na vasta literatura que abrange o tema, como, por exemplo, em Goularti Filho (2002), Michels (1998) ou Strieder (2000). Isso reforça a tese do papel político e da intencionalidade em mudar as realidades locais. A transnacionalização das intencionalidades e dos propósitos da cooperação, transcorrem e se cristalizam em práticas que constituíram as realidades socioeconômicas das décadas de 1960 e 1970.

No ano de 1980, ocorreu a implantação oficial do colégio agrícola como modalidade de ensino em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina com o ensino profissionalizante. No mesmo prédio funcionava a escola estadual com ensino até a 8ª Série e o ensino profissionalizante com Segundo Grau, CASJ – Colégio Agrícola São José. Os jesuítas continuavam na administração da escola. Em 2014 a escola profissionalizante foi oficialmente encerrada. Atualmente funcionam no prédio as escolas de educação básicas das redes estadual e municipal de Itapiranga. O prédio e a área são de propriedade da Congregação dos Jesuítas (SEHNEM, 2001).

Conclusões

O objetivo do texto é de compreender o processo de implantação de uma escola de formação técnica em Itapiranga diante do cenário de modernização da agricultura e da necessidade da comunidade local pensar alternativas para o desenvolvimento local. A opção foi buscar apoio financeiro da instituição alemã Misereor, que relutante diante da limitação de recursos financeiros e também da desconfiança sobre a legitimidade da construção da escola, inicialmente negou o apoio financeiro.

Depois de muita insistência e do envolvimento de variadas esferas sociais e políticas, a Misereor colaborou financeiramente com a execução do projeto. Além dos recursos financeiros da instituição alemã, a escola foi erguida com muito esforço da comunidade local, o que demonstra o poder de engajamento e de coerção social dos padres jesuítas, aspecto determinante desde o início da colonização local.

Podemos perceber nos discursos conjecturados no texto, de que havia uma intencionalidade em promover a integração de Itapiranga na economia nacional baseados num ideal de desenvolvimento característico das décadas de 1950, 1960 e 1970. A formação técnica era vista com um elemento fundamental para ressignificar as relações produtivas locais e conseqüentemente promover o processo de modernização da agricultura. Podemos concluir que esse processo teve variadas manifestações, desde a iniciativa local até o apoio de órgãos governamentais brasileiros e também da cooperação internacional da Alemanha Ocidental, principalmente através da Misereor.

No cenário da modernização agrícola era necessário ressignificar o padrão de produção, mas esse processo não se daria de forma integral se não viesse acompanhado de um processo educativo e instrutivo. Ou seja, era preciso construir escolas, centros de instrução agrícola, acompanhar a formação de sindicatos, disseminar técnicas de cultivo mais racionais e adaptadas ao padrão moderno da agricultura. Nesse sentido, muitos projetos da Misereor na área da agricultura foram no sentido de promover a formação do homem do campo e a sua perspectiva de ação política num cenário bem complexo de sindicalização das décadas de 60 e 70. A Igreja Católica estava vigilante nesse sentido e as iniciativas que analisamos demonstraram isso. No cenário da modernização, havia os perigos de o processo desandar, ou seja, de que as conseqüências de toda essa abertura à modernidade poderiam desencadear um movimento distinto do que se imaginava. Por isso, a instrução ao produtor rural fomentada pela Igreja esteve fortemente imbuída de princípios de vida condizentes com o que se defendia vindo de encontro a um ideal de sociedade que se projetou com a colonização de Itapiranga. Esses elementos são perceptíveis na dimensão da escola agrícola de Itapiranga naquele período, ainda mais nas décadas de 1960 e 1970, quando a escola ainda era dirigida pelos religiosos jesuítas.

Referências Documentais

Arquivo da Misereor, Aachen, Alemanha. Dossiês consultados: 233-0258/022; 233-058/022A; 233-058/022B

Referências Bibliográficas

AGRO E HIDRO TÉCNICA. *Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga*. (Mimeo), 1962.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. V. 1, N° 2, p.123.151, ago. 2006.

BOTH, João Albino. *Oeste em Marcha*. Cultura e técnica que nos servem de exemplo. Itapiranga, 31 de Março de 1963, p. 02.

EIDT, Paulino. *Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

ERB, Scott. *German foreign policy: navigating a new era*. Lynne Rienner: Boulder, 2003.

FRANZEN, Douglas Orestes. Os católicos alemães e a política de cooperação transnacional: gênese da fundação e expansão da instituição Misereor. In: *Revista Latino Americana de História*. V. 4, nº 14, p. 251-271, 2015

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ITAPIRANGA EM MARCHA. Itapiranga vive uma encruzilhada histórica. Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 01.

ITAPIRANGA EM MARCHA. Combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. Itapiranga, 31 de Dezembro de 1962, nº 84, p. 01.

ITAPIRANGA EM MARCHA. Informe da Comude. Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, nº 76, p. 01.

KIEFER, W.; RISSE, H.T. *Misereor: ein Abenteuer der christlichen Liebe*. Mainz, Deutschland: Mathias-Grünwald-Verlag, 1962, p. 27.

MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997*. Campo Grande, MS: Editoria da UFMS, 1998.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. 632 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PUHL, Oscar. Escola Agrícola Profissional Itapiranga. In: *Jornal Itapiranga em Marcha*, 15 de Julho de 1962, nº 73, p. 7.

REIS, Vítor. *Oeste em Marcha*. Itapiranga constrói a sua Sociedade. Itapiranga, 22 de Junho de 1963, nº 101, p. 1.

SCHWENGBER, Guido. *Clarinas*. Itapiranga e o desenvolvimento agrícola. Itapiranga, 15 de Junho de 1958, nº 6, p. 5.

SEHNEM, Dirce Terezinha Drebel. *Escola e ensino agrícola*. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. In: *Revista História em Reflexão*. Vol. 4, nº 8, p. 1-11, jul/dez 2010.

STRIEDER, Roque. *Produção Agrícola Integrada: a emergência humana do trabalhador agrícola*. São Miguel do Oeste: Mclee. 2000

TOSKER, Sylvie. *Les catholiques allemands à la conquête du développement*. Paris, França, L'Harmattan, 1997.

WERLE, André Carlos. *A revista de tropas do exército católico alemão: congresso católicos na Alemanha e no Sul do Brasil*. 2006. 219 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.